



A RESISTÊNCIA DISCURSIVA NOS DIZERES SOBRE O HOLOCAUSTO BRASILEIRO

Valéria Bergamini¹

Parte de uma pesquisa de doutorado, este trabalho visa analisar o lugar de resistência discursiva sobre o sujeito rotulado como “**paciente [psiquiátrico],**” após a *Reforma Psiquiátrica*, no município de Barbacena, denominada como *Cidade dos Loucos e das Rosas*, evidenciada pelo lançamento do livro “*Holocausto Brasileiro*”.

Escrito por Daniela Arbex, em 2013, o *best-seller* reconta denúncias, feitas entre as décadas de 1960 e 1980 ao *Hospital Colônia de Barbacena*, no qual morreram cerca de 60 mil pessoas, vítimas de maus tratos. Além disso, Arbex (2013) delimita-se a acrescentar o destino de alguns sobreviventes do chamado “*campo de concentração*”, assim batizado pelo psiquiatra italiano Franco Basaglia quando visitou hospício na década de 1970.

No livro, Arbex (2013) reconta as denúncias do jornalista José Franco na década de 1960, apontadas na Revista *O Cruzeiro*, denominadas como “Sucursal do Inferno”. Arbex (2013) também reproduz as fotografias de Luís Alfredo, então publicadas na mesma revista. Além disso a autora relembra uma série de reportagens de Hiram Firmino, na década de 1970, divulgadas pelo jornal *Estado de Minas* e intitulada “Nos porões da loucura”, que gerou um livro homônimo em 1982. Ambos jornalistas denunciaram as barbaridades cometidas contra os internos no Colônia, considerado o maior hospício do país, no qual mais de 60 mil pessoas morreram, como dito anteriormente, devido as condições insalubres a que eram submetidos.

Os sobreviventes, bem como aqueles que não resistiram aos maus tratos, em sua maioria, foram compulsoriamente internados sem quaisquer indícios de insanidade, bastando apresentar perfis de indesejáveis sociais. Assim, entre os “loucos” clinicamente diagnosticados, 70% eram militantes, homossexuais, meninas grávidas,

¹ Valéria Bergamini é doutoranda em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense (UFF).

andarilhos, indigentes, inimigos e amantes de políticos, prostitutas, negros, pobres, crianças abandonadas (ARBEX, 2013)

Após a *Reforma Psiquiátrica*, regularizada pela Lei 10.216 de 6 de abril de 2001, parte dos sobreviventes do *Holocausto Brasileiro*, mais especificamente 149 deles permanecem internados na instituição (FHEMIG, 2017), sendo que a maioria foi direcionada para os *Serviços Substitutivos*, que é um dispositivo de atenção em saúde mental, destinado eventualmente ao usuário, de forma que não seja necessária a internação do mesmo.

Considerando, pois, que os holofotes parecem estar voltados ao passado do município de Barbacena, mesmo que evidenciando a Reforma Psiquiátrica, esta pesquisa se faz importante, mediante a recorrência da palavra “**paciente**” para designar pessoas na condição de vítimas que foram injusta e compulsoriamente internadas no *Hospital Colônia* sem apresentar quaisquer indícios de “doença” e que, mesmo após a *Reforma Psiquiátrica*, os “sobreviventes ao holocausto”, continuam sendo denominados como tal, conforme apresentaremos adiante.

Além disso, no decorrer dos séculos, como posto na “História da Loucura” de Michel Foucault (1961), os ditos “loucos” foram qualificados ora como divindades, ora como demônios. Estes sentidos adversos se deslocaram para paradoxos que distinguem a razão da loucura, em antônimos como: louco e lúcido, doente e são, especial e comum, agressivo e inofensivo, normal e anormal.

De acordo com os sentidos apresentados, observa-se que a concepção clínica e a cultural se misturam ao se definir o sujeito dito “louco”. Não obstante, para diagnosticar o “transtornado mental”, médicos utilizam o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), instrumento elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria em 1952, que encontra-se em sua quinta versão, publicada em 2013. Tal instrumento é considerado, por alguns autores, como um método pouco eficiente, embora seja o mais utilizado no mundo, frente às emergências capitalistas. A propósito:

[...] longe de serem somente um esforço de objetividade, eles são, antes de tudo, um libelo a favor de uma determinada ética: a afirmação do que Lacan chamou de discurso do capitalista, em que todos devem se submeter a uma ordem de produção. Quem não se submete a essa ordem, pode ser considerado um transtorno[...] é por essa razão que afirmamos que um dos objetivos desses manuais é tão somente calar todo e qualquer discurso que pretenda dar lugar ao sujeito, principalmente a psicanálise. (RESENDE & CALAZAN, 2013, p.1)

Sem delongas sobre tais definições, o DSM, adotado pela *Organização Mundial da Saúde* (OMS) na *Classificação Internacional de Doenças* (CID-10) apresenta cerca de 100 subdivisões para transtornos comportamentais, entre os quais os mais comuns estão relacionados à depressão, ansiedade, estresse, alimentação, sono, desenvolvimento, bipolar e esquizofrenia, transtornos sexuais e gênero. A respeito, 28 anos depois, somente em 2018, a OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais

Entre tantas classificações ainda há, no manual, uma lacuna para aqueles transtornos de natureza não específica. De acordo com Araújo & Neto (2014, p. 1), que aponta a principal crítica ao DSM “esta classificação tornou-se pouco criteriosa fazendo aumentar o número de pessoas que podem ser diagnosticados com algum transtorno mental.”

Neste contexto, para proceder à escuta de dizeres que rotulam as pessoas, recorreremos à noção de “*resistência*” formulada pelo analista Michel Pêcheux e seguidores, permitindo nossas reflexões sobre o lugar do sujeito e o deslizamento de sentidos que circulam na materialidade midiática mencionada. Em outras palavras:

Não estamos considerando a resistência como o simples ato de resistir, de opor-se a, como em uma das acepções mais comuns do termo registrada nos dicionários. Com uma análise deste tipo, certamente poderíamos olhar para esses espaços na mídia como espaços possíveis para o sujeito leitor/internauta marcar uma posição outra que não aquela assumida por uma dada publicação. (DELA-SILVA, 2012)

Assim, optamos por este procedimento metodológico uma vez que, por meio da teoria da *Análise do Discurso* de linha francesa, uma disciplina de entremeio da linguística, psicanálise e o materialismo histórico, é possível ultrapassar as evidências de um texto para então compreender os efeitos de sentido, tomando por base as condições de produção.

Desta forma, para compreender a resistência discursiva quanto a denominação de pessoas consideradas “loucas” mas que foram vítimas do sistema, elegemos como *corpus* as duas, reportagens do *Jornal Correio da Serra*, publicadas entre 2013 e 2016, que fazem menção ao livro *Holocausto Brasileiro*.

Optamos por este Jornal pois, além de ser um dos mais antigos em circulação até o momento, fundado em 1954 pelo deputado Bonifácio Andrada, também proprietário de uma Universidade no Município de Barbacena. A propósito, cabe salientar que o referido deputado foi conivente com o comércio de cadáveres de internos do Hospital Colônia para Faculdades de Medicina (FIRMINO, 1982, p. 87). Esta história é recontada no livro *Holocausto Brasileiro* (2014), que foi mencionado apenas em duas reportagens no *Jornal Correio da Serra*, que apresentaremos a seguir, por meio de sequências discursivas.

A primeira, de duas reportagens que fazem menção ao *best-seller* é intitulada como “*Algumas observações sobre a loucura em Barbacena*”, foi publicada em 9 de novembro de 2013, edição de número 749, pelo jornalista Sérgio Monteiro. Aparentemente escrito como uma tentativa de minimizar as atrocidades cometidas no *Hospital Colônia*, o jornalista observa que acusações são frequentes desde a publicação da Revista o *Cruzeiro*.

Monteiro (2013), reconhece que o tratamento era desumano, porém, contraditoriamente afirma que Barbacena era acolhedora e prestou um grande serviço ao Estado, responsabilizando a família dos internos pela morte dos mesmos. Finaliza afirmando que é um assunto repleto de mitos e inverdades. Vejamos, a seguir, algumas sequências discursivas no que tange a denominação das vítimas:

SD1: [...]da lendária revista O Cruzeiro, até o livro ‘Holocausto Brasileiro’, de autoria da juiz-forana Daniela Arbex, a mais recente obra que retrata o drama vivido por milhares de **ex-moradores** daquela instituição. Todas estas obras citadas revelam, de fato, uma triste realidade. Não há como negar que o tratamento oferecido, durante anos, era cruel. (*Jornal Correio da Serra*, 9 de novembro de 2013, edição 749, p. 2)

O colunista utiliza o termo **ex-moradores**, transmitindo a impressão de residentes de um lar, para designar pessoas que foram compulsoriamente internadas e vítimas de

maus tratos, cujo intento ameniza o aspecto de um Hospital que foi comparado com um campo de concentração nazista. E logo retoma:

SD 2: Para acalmar os **pacientes**, muitas vezes tomados por assustadora agressividade, só mesmo à base de choque ou amarrando-os, já que o tratamento feito à base de medicamentos só veio a ser utilizado mais tarde. (*Jornal Correio da Serra*, 9 de novembro de 2013, edição 749, p.2)

Além de não mencionar que a maioria das pessoas foram internados sem apresentar quaisquer indícios de “loucura”, o jornalista invoca o termo **pacientes** para designar que estavam “agressivos” e por isso era necessário “acalma-los” com eletrochoque.

Quanto à oscilação entre a aplicação dos termos “**ex-morador**” e “**pacientes**” apontadas na SD1 e SD2, respectivamente, recorreremos à teoria da análise do discurso para explicar esta alternância discursiva, considerando o lugar que se fala, o sujeito que diz, o imaginário popular e a memória cristalizada, de forma que se percebe nitidamente

[...] a relação entre um dizer e as suas rupturas funcionando simultaneamente, pensando assim a possibilidade do resistir como o espaço do dizer outro, como o sentido que se move, ainda que em uma fração de segundos, por causa/e apesar da interpelação ideológica. (DELA-SILVA, 2012)

Este espaço de resistência do dizer, remete à concepção do louco que fica enraizada na memória, tenha sido ele diagnosticado ou não, vítima do sistema ou não. Neste contexto, mesmo sem necessitar de cuidados médicos, o sujeito internado compulsoriamente e enclausurado no *Hospital Colônia* durante décadas, é generalizado e rotulado como doente, independentemente de quaisquer condições a que tenha sido exposto. Ignorando totalmente o equívoco enredo, o jornalista acrescenta:

SD3: No entanto, neste cenário de tristes recordações, o caráter acolhedor de Barbacena, que recebia os **doentes mentais** vindos de diversas partes do Estado e do País, não é lembrado. A cidade recebia, a cada semana, centenas de novos **pacientes**, trazidos muitas vezes em vagões ferroviários, chamados de “trem dos loucos”, o que provocava a superlotação do hospital. (*Jornal Correio da Serra*, 9 de novembro de 2013, edição 749, p.2)

Nesta sequência discursiva, o *Jornal Correio da Serra* enfatiza a condição de **doente**, cujo rótulo neste momento é atribuído a pessoas oriundas de outros logradouros além do município de Barbacena, por meio do chamado “trem de louco”,

como se estes cidadãos forasteiros, fossem os responsáveis por macular a imagem da cidade “acolhedora”. Imagem esta que petrifica na memória a condição de um louco, como uma pessoa que demanda cuidados, ou seja, como um **paciente**. E assim, durante a trajetória, o sujeito são, que foi violentado por um sistema injusto, é visto como **doente**:

SD 4: Hoje, após a reforma psiquiátrica e a desospitalização, que trouxeram aos **doentes mentais** mais cidadania e respeito aos seus direitos e individualidades, a realidade é outra. Os antigos manicômios foram trocados por *Residências Terapêuticas*, onde um grupo pequeno de **pacientes** moram em condições realmente mais dignas. (*Jornal Correio da Serra*, 9 de novembro de 2013, edição 749, p.2)

Não obstante a sutileza da comparação das condições insalubres do *Colônia* com *Residências Terapêuticas*, que são casas destinadas a receber as pessoas internadas por longos anos, que não puderam retornar para as famílias, por diferentes motivos que não vem em questão, ainda insiste em denominar os sobreviventes ao “*Holocausto Brasileiro*”, vítimas de uma internação sem escrúpulos, como **pacientes**. E emenda:

SD 5: Lembrando que a Lei da *Reforma Psiquiátrica* nº 10.216, teve sua promulgação em 6 de abril de 2001, época em que o CHPB/FHEMIG, em Barbacena, já tratava seus **pacientes** com dignidade e respeito. (*Jornal Correio da Serra*, 9 de novembro de 2013, edição 749, p. 2)

Desta forma, nesta primeira reportagem que cita o livro *Holocausto Brasileiro*, além de apagar uma história de abusos e injustiças, em que o cidadão foi violentado pelo sistema, o antigo interno do *Colônia*, ainda era denominado como **paciente [psiquiátrico]**, mesmo que anos tenham se passado após a *Reforma Psiquiátrica*. Assim, a resistência do dizer reforça a imagem de um **doente** e não de um cidadão que foi injustiçado.

Após esta publicação no mesmo ano do lançamento do livro de Daniela Arbex (2013), o *Jornal Correio da Serra*, conservou um silenciamento sobre este, não tendo mencionado a obra por dois anos consecutivos, retomando o assunto somente na edição 906, de 26 de novembro de 2016, que traz uma reportagem intitulada “*O Holocausto Brasileiro e a Verdade*” em que o colunista, Professor José Augusto, critica veementemente o *best-seller*, que em primeiro momento trazemos como citação.

Mas a forma como a máquina promocional em torno do livro e agora da série de televisão atua, faz as pessoas imaginarem que tudo o que aparece em fotos preto-e-branco e depoimentos tornou-se público somente nesta obra, fazendo crer que estavam ocultos e não foram alvo de pesquisas, congressos e celebrações por várias décadas. (*Jornal Correio da Serra*, 26 de novembro de 2016)

Embora seja procedente algumas questões postuladas pelo redator, no que tange aos holofotes direcionados somente para livro de Arbex (2013), deixando-o em evidência e fomentando o esquecimento de demais publicações, inclusive em caráter científico, fica caracterizada a resistência discursiva do jornal *Correio da Serra* em não admitir que a verdade não foi omitida, apenas repetida, conforme citado na mesma reportagem:

SD 6: O jornalista Hiram Firmino e o cineasta Helvécio Ratton, respeitados denunciadores dos horrores da Colônia, usaram a mídia, como o Jornal Estado de Minas, para apresentar de forma crua um lado sombrio da sociedade: a exclusão absoluta do **doente mental** ou do **indesejado social**. (*Jornal Correio da Serra*, 26 de novembro de 2016, edição 906, p.5)

Nesta SD o autor apresenta a imagem do interno como um **indesejado social**, resgatando a condição de vítima do sistema, ao qual foi submetido, trazendo à tona, mesmo que indiretamente, as atrocidades que foram denunciadas pelos antecessores em potencial à publicação do *Holocausto Brasileiro*. No entanto, logo a seguir, o jornalista retoma, generalizando a denominação:

SD 7: Ainda criança eu visitava o *Colônia* e ouvia dolorosos relatos de **pacientes** esquecidos por familiares, mas também a gratidão por gestos de amparo e solidariedade. (*Jornal Correio da Serra*, 26 de novembro de 2016, edição 906, p.5)

Novamente o jornal *Correio da Serra* aborda a imagem de cidade solícita, que se esforça para receber pessoas que foram “abandonadas” por familiares e internadas como **pacientes** do *Colônia* mesmo sem um diagnóstico, tendo a conivência do médico psiquiatra responsável. Assim, a resistência do dizer insiste em um efeito de sentido que funciona como um determinante do lugar ocupado pelo interno, na posição de submisso, sem direito a voz ou a tomar suas próprias decisões.

Visto, portanto, como um **paciente**, se apagam as injustiças cometidas contra o ser humano que foi forçosamente trancafiado em um hospício sem que houvesse quaisquer necessidades de clausura e isolamento. Vidas que foram roubadas por anos a fio e que, após a *Reforma Psiquiátrica*, continua invadida, deslocada, violada

nas correntes invisíveis da segregação, que coloca de um lado “**pessoas**” e do outro o “**paciente**”, como, mesmo não sendo o caso, quando se acometido por uma doença mental não se pode ser considerado “gente”.

E conforme Pêcheux, o que é a resistência, em termos discursivos? É a possibilidade de, ao dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. É resignificar rituais enunciativos, deslocando processos interpretativos já existentes, seja dizendo uma palavra por outra (na forma de um lapso, um equívoco), seja incorporando o non sens, ou simplesmente não dizendo nada.” (MARIANI, 1998, p. 26 apud DELA-SILVA, 2012).

Neste contexto, mesmo que se denomine o antigo interno do Colônia como “**pessoa**”, a resistência no resignificar esta repleta de um ideologismo histórico capaz de reativar a memória e deslocar os efeitos de sentido, apontando a todos como **doentes**. Ou seja, o jornal insiste e resiste, passando a impressão que este é o modo correto de designar tanto os sobreviventes do *Holocausto Brasileiro* quanto pessoas com transtorno mental, constituindo “[...] a arte de anestesiá-las as resistências, de absorver as revoltas no consenso e fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos” (PÊCHEUX, 2011 [1979], p. 92).

Anestesiando as reações perante o cenário, nada parece ter mudado: o interno continua a ser tratado discursivamente como alguém submisso ao estado, mesmo depois da *Reforma Psiquiátrica* cujo objetivo visa o resgate de cidadania e direitos que foram roubados do sobrevivente, vítima do holocausto. Em outras palavras, compreendemos, assim, a resistência no discurso como esta possibilidade de “deslocar sentidos já esperados” (DELA-SILVA, 2012), ou seja, a possibilidade da ruptura de sentidos. tal como na sequência discursiva apresentada a seguir:

SD8: Ao rotular a história do *Colônia* como um “Holocausto”, a obra lança no fogo do imediatismo qualquer relativização, pois amplifica ao máximo a tragédia deixando implícito que a meta da *Colônia* era **roubar** os já **despossuídos**, explorar suas poucas forças e finalmente **queimá-los no esquecimento**. Segundo a obra, uma prática sob a tutela do Estado com a conveniência dos barbacenenses e dos diretores, médicos e servidores (*Jornal Correio da Serra*, 26 de novembro de 2016, edição 906, p.5)

Referindo-se aos antigos internos do *Colônia* como **despossuídos**, o professor de Direito assume, nesta palavra ambígua que tanto invoca os primórdios quando o sujeito dito “louco” era considerado uma pessoa dominada por um espírito maligno, como alertava Foucault, (1961, p. 71) no Livro a História da Loucura: “Somos nós que

encaramos os possuídos [pelo demônio] como loucos e que supomos que todos os loucos da Idade Média eram tratados como possuídos (o que é um erro).”

A palavra **despossuído** também pode remeter a ideia de uma pessoa desprovida de posses ou recursos financeiros. Neste último caso, assume que o *Hospital Colônia* “roubava” e depois “queimava” os “**pacientes esquecidos**”. Ou seja, em ambas as situações, permanece a resistência discursiva quanto a condição de submisso do interno. E assim há uma resistência em se ressignificar o lugar do sujeito que outrora foi inescrupulosamente rotulado como incapaz, fazendo assim persistir esta condição de assujeitado.

A reportagem também afirma que a história foi **amplificada**, ou seja, reconhece que foi procedente, que existiu. **Pacientes** cuja maioria, conforme mencionado na introdução deste, não possuíam nem sequer um diagnóstico e morreram de frio, fome e falta de higiene. Pessoas que permaneciam internadas, com o consentimento do Estado, dos Diretores, Médicos e Supervisores. Pessoas que morreram injustamente como em um *Campo de Concentração*. Pessoas que foram vítimas do descaso e imprudência judicial e que ainda hoje, como nos dizeres do jurista, são lembradas como **pacientes** e não como vítimas de um sistema corrupto. Eis, então, um caso expressivo de resistência discursiva, que nos faz finalizar com a mesma questão de DELA-SILVA:

É pensando deste modo a resistência, como a possibilidade de furar o sentido esperado, promovendo novos modos de significação, por causa e/ou apesar do que pode/deve ser dito, que nos questionamos sobre a possibilidade de pensar a resistência nos espaços destinados à escrita dos sujeitos na mídia. É possível ao sujeito resistir aos dizeres da mídia e marcar esta sua resistência em sua escrita na própria mídia? (DELA-SILVA, 2012)

Por fim, observamos que o funcionamento discursivo dos Hospícios fica restrito ao passado dando lugar aos *Serviços Substitutivos*. No entanto, mesmo com este apagamento, o termo “**paciente**” ainda é utilizado em demasia, no *Jornal Correio da Serra*, para designar o morador de *Residência Terapêutica*, o frequentador do *Centro de Convivência*, o beneficiado com o *Programa de Volta pra Casa* ou o usuário do *Centro de Atenção Psicossocial* (CAPS). Desta forma o “*Memorial das Rosas*”, nunca construído fisicamente, se estampa nos dizeres de que o genocídio no *Hospital Colônia* esta no tempo verbal do passado e que seus sobreviventes,

vítimas de um sistema desumano, por vezes, ainda não são vistos como cidadãos cujos direitos foram roubados, mas como **pacientes** que dependem do mesmo “caridoso e bondoso” sistema. Resiste, pois, o discurso de que, mesmo diante do reconhecimento da tragédia ao qual foram submetidos, a condição que lhes é impregnada é de **doentes** e não de **vítimas** do Holocausto

REFERÊNCIAS

- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013. 256p.
- AUGUSTO, José. **O Holocausto Brasileiro e a Verdade**. Jornal Correio da Serra, 26 de novembro de 2016. Disponível em <http://www.jornalcorreiodaserra.com.br/> Acesso em maio de 2018
- DELA-SILVA, Silmara. **Os espaços para os sujeitos na mídia: lugares de resistência?** Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/anpoll-2010-2012/resumos/SilmaraDelaSilva.pdf> Acesso em junho de 2018.
- FIRMINO, Hiram. **Nos Porões da Loucura**. Rio de Janeiro: Codecri. (Coleção Edições Pasquim), 1982.
- FHEMIG (2017). **Fhemig investe na desinstitucionalização de pacientes psiquiátricos**. Disponível em: <http://www.fhemig.mg.gov.br/pt/banco-sala-de-imprensa/3129-fhemig-investe-na-desinstitucionalizacao-de-pacientes-psiquiatricos> Acesso em junho de 2017
- FOUCAULT, Michel (1961). **A história da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MONTEIRO, Sergio. **Algumas observações sobre a loucura em Barbacena**. Jornal Correio da Serra, 9 de novembro de 2013, edição 749, p. 2. Disponível em <http://www.jornalcorreiodaserra.com.br/> Acesso em maio de 2018. Acesso em maio de 2018
- PÊCHEUX, Michel (2011) [1979] **Foi “propaganda” mesmo que você disse?** In: ORLANDI, E. *Análise de discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores. p. 73-92.
- RESENDE, Marina Silveira de. CALAZANS, Roberto. **Neurose e psicose na CID-10 e DSM-IV: o que é ignorado?** *Analytica* vol.2 no.3 São João del Rei jan. 2013 Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972013000200008 Acessado em junho de 2018.